



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
 Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 12º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

12º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº 02/2019, no período de 01/10/2021 a 31/12/2021, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pela OS Instituto Elo por meio dos Relatórios Gerenciais de Resultados - RGR e Relatórios Gerenciais Financeiros - RGF.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e do artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da SUPEC para a elaboração deste Relatório, uma vez que estes possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, objeto do Contrato de Gestão nº 02/2019.

Importante registrar também que na reunião da Comissão de Avaliação referente ao 10º período avaliatório foi aventada a necessidade de retificar alguns resultados de períodos anteriores, tendo em vista a realização de checagens nas fontes de comprovação do Contrato de Gestão. Conforme consta no Relatório da Comissão de Avaliação, tais retificações foram autorizadas pela Comissão e, portanto, foi publicada a “Nota de Retificação de Resultados” no site da SEJUSP e do Instituto Elo. Nesse sentido, ressalta-se que os resultados dos indicadores informados no Relatório Gerencial de Resultados e neste Relatório de Monitoramento, referente ao 12º período avaliatório, já consideraram as retificações, concluindo o ano de 2021 com dados corrigidos, transparentes e condizentes com as fontes de comprovações produzidas.

A Comissão de Monitoramento reforça a necessidade de implantar um sistema de dados capaz de oferecer maior segurança e operacionalidade as informações da Política de Prevenção, uma vez que atualmente são utilizadas, além de outros instrumentos, planilhas de Excel. A SUPEC tem emvidado todos os esforços para evitar as frequentes retificações, contudo, os mecanismos hoje utilizados limitam tal pretensão.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas e Resultados	
			12º Período Avaliatório Out/21 a Dez/21	Resultados
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	21.546	29.755
	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.077	1.434
	1.3 Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	8.532	10.473
2 Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1 Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.581	1.604
	2.2 Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	3.227	2.755
	2.3 Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	15.183	14.426
	2.4 Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	324	402
3 Programa Se Liga	3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	575	512
	3.2 Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	5	30%	1,0%
	3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	480	881
4 Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	49.126	40.315
	4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5	72%	79,7%
	4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	3.131	4.903
5 Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	19.505	16.835
	5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	88,2%
	5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	1.328	1.606

6	Programa Selo Prevenção Minas	6.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	980	715
7	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	7.1	Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	1	990	2.301
		7.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	12,1
8	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	8.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	26	27
		8.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	3	3
		8.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	4	3	3
		8.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	4	3	3
9	Gestão da Parceria	9.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	100%	-
		9.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	100%	-
10	Projeto Qualificação e Empreendedorismo	10.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	1	150	-
		10.2	Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	1	60%	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
21.546	29.755	138,1%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.077	1.434	133,1%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
8.532	10.473	122,7%

O Programa Mediação de Conflitos vem expandindo os seus resultados de forma quantitativa e qualitativamente. Os números acima refletem a ampliação do acesso dos moradores de áreas com grande vulnerabilidade social e criminalidade ao Programa, sendo esta plataforma/ponte para alcance de direitos e gerenciamento de conflitos comunitários e potencialmente violentos.

Qualitativamente, vale destacar a confiabilidade das comunidades para com o Programa, uma vez que durante os seus 16 anos de existência o trabalho sempre foi realizado de forma horizontal com os moradores. Essa construção de uma segurança pública cidadã, pautada em ações comunitárias voltadas para causas comuns, expandiu várias discussões através de projetos institucionais e projetos de prevenção à criminalidade, em especial, o Projeto Piloto Projeto ComAgente, lançado em setembro de 2021.

Embora este Projeto tenha se apresentado desafiador, vem sendo uma estratégia efetiva de fomento à participação social e ao protagonismo comunitário, especialmente de mulheres. Seu caráter inovador e criativo, somado às exigências administrativas, tem sido pauta de discussões entre a SUPEC e OS para melhor alinhamento e configuração para o ano de 2022.



Oficina do Projeto ComAgente no Taquaril/MG - novembro/2021



Oficina do Projeto ComAgente no Jardim Teresópolis - Betim/MG - novembro/2021

No que diz respeito ao **indicador 1.1**, importante ressaltar que foi possível alcançar atendimentos decorrentes não somente de casos individuais e coletivos que versem sobre demandas comuns da comunidade, mas também aqueles complexos cujos gerenciamentos oportuniza a efetivação da prevenção a violência e criminalidade. Quanto aos destaques feitos pela OS sobre as Unidades que tiveram resultados que chamaram mais a atenção, corrobora-se com as informações.

Unidades com expressivo aumento, PPL e Santa Lúcia:

- UPC Pedreira Prado Lopes: Os atendimentos acolhidos através da intervenção de casos individuais sobressaíram em comparação às demais modalidades. Em outubro/2021, a Unidade alcançou 103 atendimentos, ou seja, mais de 49% da média mensal. Percebe-se que a equipe tem transitado em locais que antes eram desafiadores e acolhem as necessidades latentes da comunidade.
- UPC Santa Lúcia: apesar dos sérios desafios de infraestrutura do imóvel, que não impactaram negativamente nos indicadores, estes trouxeram mudanças na rotina da Unidade, principalmente com a mudança de endereço. Mesmo sem um ambiente adequado para realização dos atendimentos, foi improvisado um espaço alternativo até que a situação fosse ajustada e marcou presença no território, dando sequência às demandas comunitárias que somaram um resultado significativo no número de atendimentos.

Quanto às Unidades com resultados abaixo da média esperada, Cabana (76%), Jardim Leblon (58%), Morro das Pedras (75%) e Morro Alto, destaca-se:

- UPC Cabana: tem sido possível perceber um avanço gradual quanto aos atendimentos individuais e coletivos. Um exemplo a ser citado é o acompanhamento realizado junto à comunidade em uma audiência pública promovida por moradores em dezembro/2021, com a participação efetiva da comunidade.
- UPC Morro das Pedras: a Unidade tem se desdobrado nos atendimentos de ações coletivas e de organização comunitária, enquanto que os casos individuais não estão recorrentes. Em novembro/2021, foram realizados somente 2 atendimentos individuais, o que naturalmente diz da necessidade de um reestabelecimento de estratégias para propiciar maior acesso da comunidade a esta modalidade de atendimento.
- UPC Morro Alto: destaca-se o desdobramento nos casos de violências que estiveram presentes em praticamente todos os meses do ano, tendo estes números reduzidos no último trimestre de 2021, especialmente em dezembro/2021. Houve queda pela metade de homicídios no território em comparação a 2020 e 2021, de 14 para 7 homicídios, o que traduz como as ações pacíficas frente aos conflitos tem reverberado de forma positiva no território. Para além da dinâmica criminal, o que se destaca é a queda dos atendimentos individuais voltados para demandas de orientação. No mês de outubro/2021 a Unidade contou com um declínio do referido indicador, porém a ausência de uma analista, por questões de saúde, pode ter contribuído para este impacto.

Sobre o **Indicador 1.2**, percebe-se que, em termos absolutos, houve aumento do número de pessoas atendidas no período avaliativo, ocasionado pela realização de atividades de mobilização relacionadas à campanha “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, que teve início no mês de outubro/2021 e pelo Projeto “ComAgente”, conforme destacado pela OS.

Tendo em vista que os números apresentados algumas vezes se divergem quando comparados aos relatórios individuais apresentados pelas equipes, para maior elucidação no relatório produzido pela OS no que diz respeito a este indicador, onde se lê “média de pessoas atendidas”, leia-se “pessoas atendidas no mês” se referindo ao número absoluto de pessoas atendidas naquele mês.

As Unidades que mantiveram os índices acima da média prevista, foram:

- UPC Ribeiro de Abreu: A Unidade ultrapassou nos três meses a meta mensal como reflexo das ações de organização comunitária que foram realizadas no território por ocasião da campanha “21 de Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”. Foram realizadas atividades em parceria com diversos equipamentos da rede, que aumentaram expressivamente a quantidade de pessoas atendidas em novembro/2021. Além disso, é notória a flexibilidade na dinâmica criminal onde os homicídios caíram pela metade em comparação entre 2020 e 2021, pois estando as lideranças do tráfico presas, diminuí as possibilidades de conflitos armados, aumentando, assim, a sensação de segurança dos moradores. Dessa forma acredita-se que tal situação possa estar contribuindo para maior circulação das pessoas e, conseqüentemente, maior acesso destas aos serviços disponíveis no território, dentre eles, o Programa Mediação de Conflitos.
- UPC Veneza: o resultado alcançado traduz-se pelo aumento pessoas atendidas no mês de novembro, o que certamente foi impactado pela nova organização e composição da equipe, que favoreceu o acesso e vínculo com o público, e em dezembro/2021, devido ao número significativo de novas pessoas atendidas em organização comunitária com a temática de “Violência Contra a Mulher”, com cerca 90 pessoas atendidas. É importante pontuar que tais ações se desenvolveram através da entrada do PMC junto a REVIM - Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Ribeirão das Neves, com atuação nos 21 dias de ativismo.

Quanto à análise das Unidades com os menores resultados destacam-se: Morro Alto/Vespasiano e Jardim Canaã/Uberlândia:

- UPC Morro Alto: em outubro verificou-se baixa procura na Unidade e em novembro e dezembro/2021 a equipe percebe a necessidade de estar mais presente no território e aproximar de referências comunitárias. Para isso, foram desenvolvidas duas novas ações de organização comunitária, uma sobre o microterritório Vila da Fé, que tem pouco vínculo com o programa, e outra junto com o Programa Fica Vivo para mapeamento junto à comunidade sobre a temática de gênero, raça e violências.
- UPC Jardim Canaã: desde a retomada no mês de junho/2021 os resultados têm passado por grandes oscilações, mas é perceptível o esforço da Unidade, tendo o último mês do ano contabilizado o maior número de pessoas atendidas em comparação a todos os outros meses anteriores. As práticas que têm contribuído para esses resultados em sua maioria dizem respeito aos atendimentos individuais, uma vez que as ações coletivas, especialmente as de organização comunitária, contam com a participação de apenas uma ou duas pessoas.

Sobre o **indicador 1.3**, a Diretoria de Proteção à Mulher-DPM/SUPEC ampliou o mapeamento de rede dos territórios a fim de compreender os desafios e as possibilidades de cada Unidade diante dos atores das redes formais e informais que atuam dentro e fora das áreas de abrangência. Tal movimento resultou na visita de cada Gerente do Programa às suas equipes de referências, somando vários encontros que ocorreram a partir do mês de novembro/2021.

Ressalta-se ainda que no mês de dezembro, período com recessos, feriados e férias comuns, houve diminuição nas articulações à rede. Observa-se que há alteração no funcionamento de alguns serviços/instituições, bem como na disponibilidade e alguns atores da rede formal e informal. Apesar disso, não são observados impactos significativos, tendo em vista os alinhamentos construídos ao longo do ano e o reflexo das ações temáticas desenvolvidas no último semestre.

Sendo assim, a DPM/SUPEC corrobora com a OS sobre a análise de duas equipes que apresentaram desempenho inferior ao esperado:

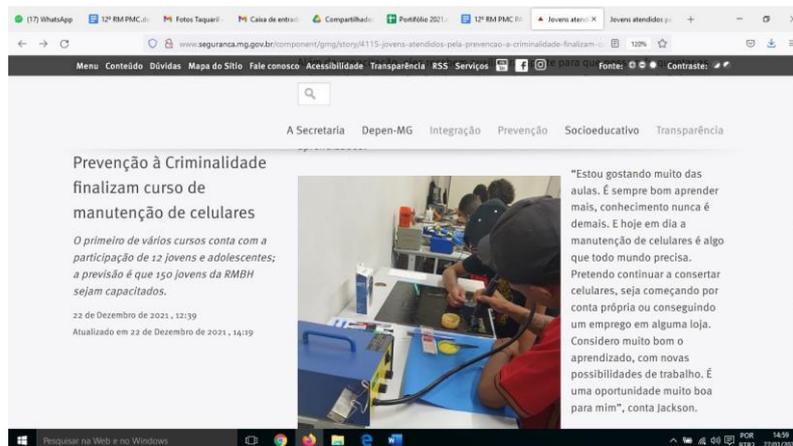
- **UPC Taquaril:** percebe-se um esforço nas ações desenvolvidas nas discussões de casos e construções de fluxos com a rede de proteção social, sendo que o número de encaminhamentos junto a rede formal é proporcional ao número de fichas de casos individuais.
- **UPC Jardim Leblon:** em outubro/2021 a Unidade se manteve alinhada com a rede formal e informal do território através da discussão de casos e encaminhamentos constantes. A justificativa das demandas crescentes vem da carência do acesso a direitos das pessoas que são atendidas pelo Programa. Nos meses de novembro e dezembro/2021 os reflexos da alteração na equipe ainda são evidentes, mas continua perceptível a busca pela manutenção de vínculos junto a estas instituições.

No período avaliatório, a DPM/SUPEC fomentou outras intervenções, como a realização de ações da Campanha dos “21 dias de ativismo pelo fim da Violência contra a mulher”. As atividades desenvolvidas pelo Programa fizeram parte do Boletim Especial, resultando numa estratégia de fomento à troca de ações inovadoras e criativas.



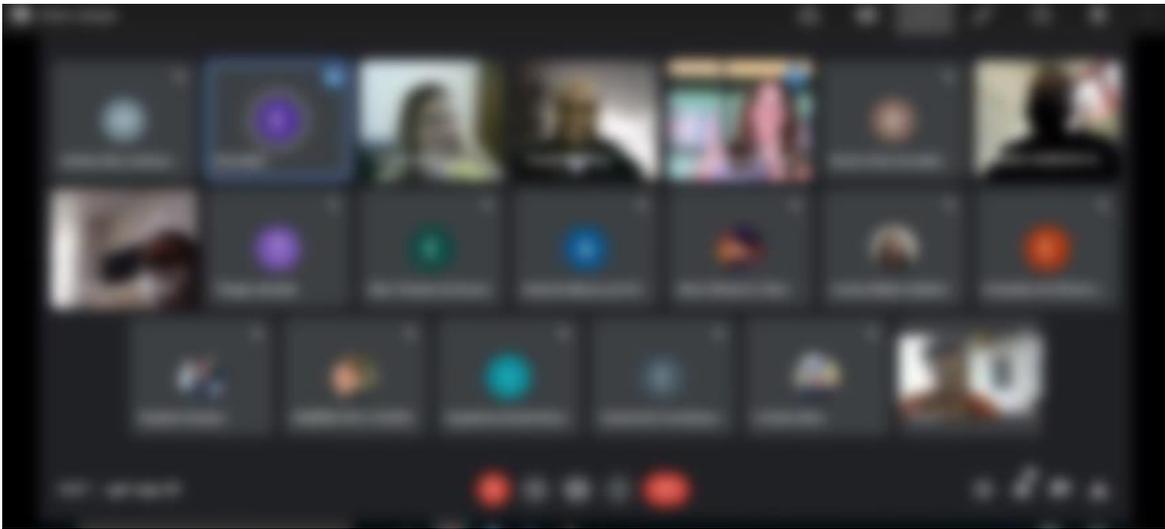
Boletim Especial PMC 21 Dias de Ativismo – novembro a dezembro 2021

Além disso, o projeto de qualificação e empregabilidade de adolescentes e jovens, com recurso de emenda parlamentar da Deputada Laura Serrano, começou a ser potencializado nos territórios no final do ano de 2021, já impactando na vida dos moradores. Com o curso de montagem e manutenção de celulares, os jovens trouxeram os impactos para suas vidas, sendo demonstrado aqui parte do relato de um jovem atendido pelo PMC veiculada em reportagem publicada em 22/12/2021, no site da Sejusp:

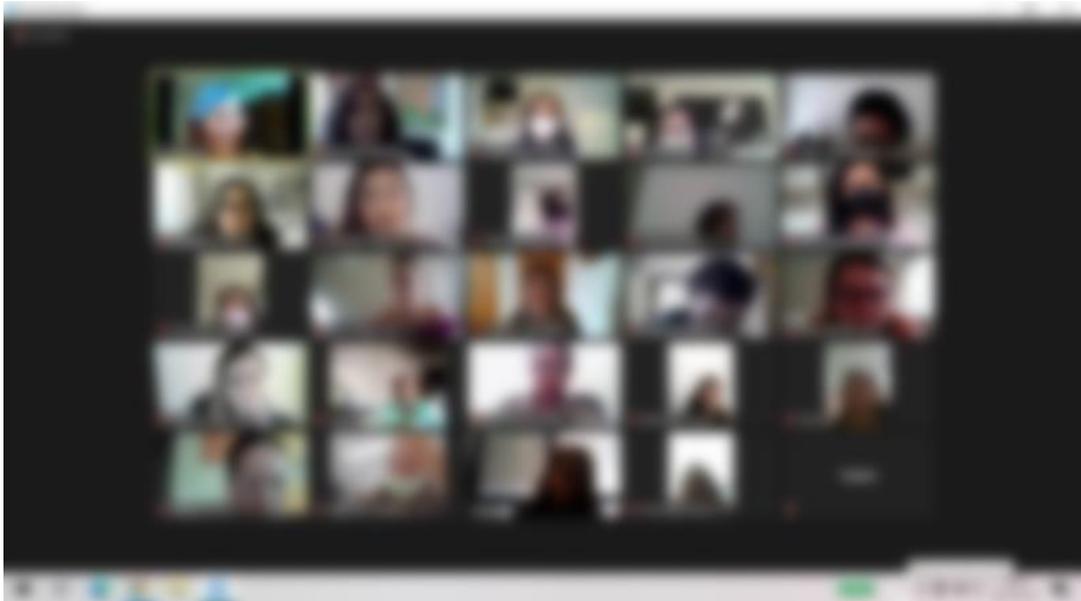


A redução dos homicídios também é um forte indicativo de que o trabalho está no percurso correto. A redução significativa que ocorreu entre janeiro e dezembro de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020, de 186 para 138, totalizando 25,8%, demonstra que cada vez mais as estratégias utilizadas vêm corroborando no enfrentamento à letalidade.

A DPM/SUPEC esteve em locais como, por exemplo, o Curso de Prevenção a Violência promovido pela UFMG e Guarda Municipal, onde foram discutidas questões como Direitos Humanos, as relações sociais e a atuação do PMC no enfrentamento às diversas violências e esteve também junto a Rede de Mulheres de Minas Gerais, participando da construção do Sempre Vivas com a Assembleia Legislativa, evento para marcar o oito de março e a pauta da mulher.

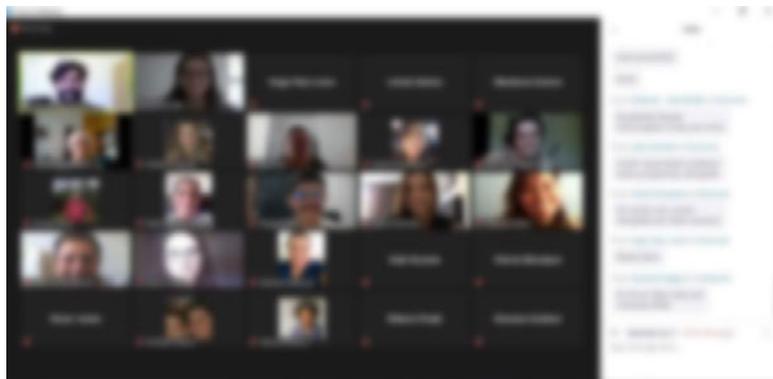


Curso de Prevenção a Violência – UFMG e Guarda Municipal - Outubro de 2021

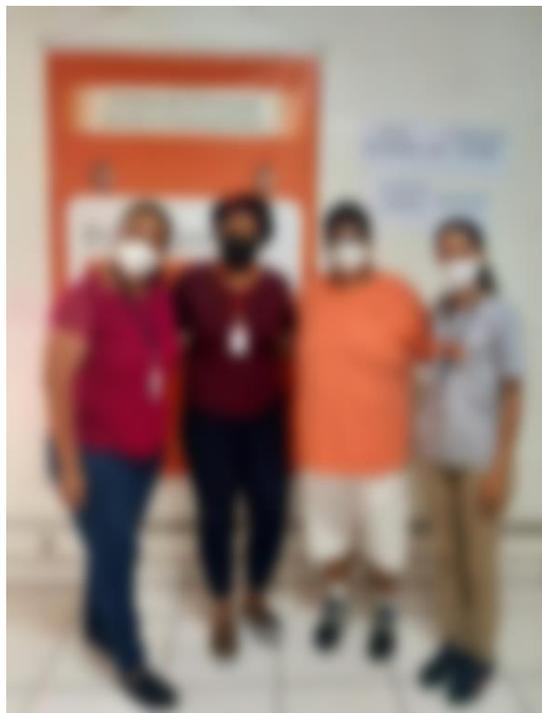
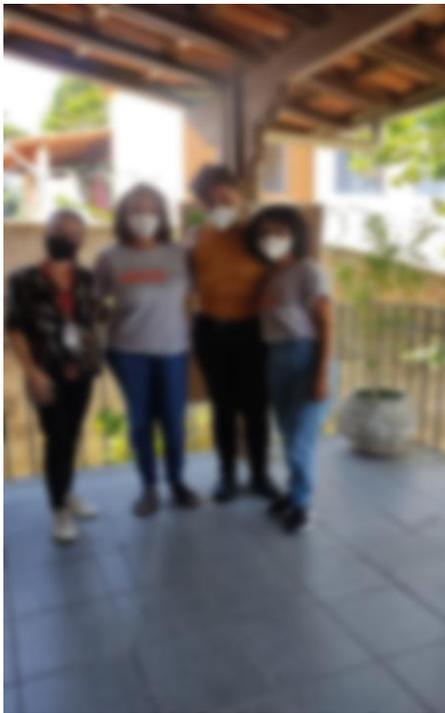


Rede de Mulheres - Reunião construção Sempre Vivas 2022- Outubro de 2021

No mês de novembro/2021 a Unidade do Morumbi em Uberlândia participou de uma roda de conversa com a Faculdade Una/Morumbi para apresentar o Programa para os alunos do Direito e da Psicologia, compartilhando as temáticas de segurança cidadã e mediação comunitária. Além disso, a Gerência do Programa teve a oportunidade de visitar as Unidades para discutirem sobre o mapeamento da rede de cada território a fim de pensar o planejamento de 2022, compreendendo os entraves que ainda persistem em relação a rede e como desenvolver ações assertivas junto a estes atores.



FT7 Roda de Conversa PMC Morumbi e Faculdade Una Morumbi - novembro de 2021



Gerente Nyanne na UPC Vila Pinho
Poliana na UPC Vila Pinho

Gerente Maressa na UPC Nova Contagem

Gerente

Para finalizar o ano de 2021 o Programa Mediação de Conflitos, juntamente com a dedicação da Comissão Metodológica, concluiu a escrita de um livro digital Livro do PMC: Programa Mediação de Conflitos – Uma Política de Segurança Cidadã, Prevenção e Enfrentamento às Violências. O conteúdo foi compartilhado com a equipe do Programa e demais parceiros.



Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
2.581	1.604	62,1%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
3.227	2.755	85,4%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
15.183	14.426	95,0%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
324	402	124%

Retifica-se o resultado do indicador 2.3 apresentado no RGR: onde se lê "18.979", leia-se "14.426".

Os resultados acima alcançados indicam com bastante evidência as potencialidades e desafios do Programa Fica Vivo no contexto de pandemia, tanto das equipes e gestão social, quanto da supervisão metodológica/IELO e SUPEC. Ao analisar os indicadores vinculados exclusivamente às oficinas (2.1 e 2.2), sobrepõe os desafios atinentes à disponibilização de espaços nos territórios para execução desta atividade, as questões burocráticas referentes aos MEIs e os elementos relativos à biossegurança do público, conforme exposto no RGR. Quanto os demais indicadores (2.3 e 2.4), neste período avaliatório materializam as possibilidades desenvolvidas por parte dos profissionais vinculados ao Instituto Elo e à SUPEC, que a partir da sua capacidade criativa e interventiva, em constante construção com o público atendido e com a rede de proteção, permitiu resultados mais satisfatórios no tocante às demais formas de atendimento e às ações do eixo Intervenção Estratégica.

Sobre o **indicador 2.1**, cabe reforçar que, ainda que não tenha sido alcançada a meta pactuada, na maioria das UPCs houve o gradativo aumento do teto de oficinas e, conseqüentemente, da média de encontros realizados. Para além dos elementos apresentados de forma qualificada no RGR, importante destacar ainda que nas UPCs que mantiveram tímida elevação na média de encontros, mantiveram ou mesmo apresentaram redução do teto de oficinas (Serra, Ressaca, Carapina, Turmalina, Jardim Canaã e Morumbi) são equipes que passaram por mudanças em sua formação, elemento importante quando se trata do processo de escolha de oficinairos e implantação de oficinas.

O resultado do **indicador 2.2** aponta para os inúmeros desafios e variáveis vinculadas ao processo de retomada das oficinas. A exemplo disso, ainda que se considere o gradativo aumento observado nos períodos anteriores, observa-se os dados relativos ao município de Betim, cujas exigências dos decretos municipais, como por exemplo a aferição de temperatura, acabam por ser fator importante no que se refere à adesão do público aos espaços de oficinas. Somado a isso, cabe destacar também, conforme sinalizado no RGR, os impactos na vinculação do público, haja vista os processos de suspensão das oficinas próprios do contexto pandêmico.

Com relação ao **indicador 2.3**, conforme sinalizado anteriormente, as inúmeras estratégias desenvolvidas por parte dos profissionais do IELO e da SUPEC favoreceram as demais formas de atendimento previstas na metodologia. A DPJ/SUPEC considera que o resultado deste indicador aponta o fortalecimento dos

atendimentos individuais no âmbito do Programa durante este contexto de pandemia.

Interessante observar também o elemento trazido no indicador 2.1 relativo às mudanças em equipes. Ainda que em sua maioria as UPCs tiveram elevação gradativa neste indicador, aquelas que tiveram mudanças na formação das equipes, considerando a necessidade de vínculos para a realização de atendimentos individuais e demais projetos, observa-se um corte longitudinal menor nos números apresentados. A exemplo disso, destaca-se a UPC PTB/Betim que teve toda a sua equipe alterada durante o 12º PA.

Por fim, mas não menos importante, merece sinalização aqui, o desenvolvimento do Projeto de Qualificação e Empregabilidade de Jovens desenvolvido pela SUPEC e IELO a partir de recursos de emenda parlamentar da Deputada Laura Serrano. Observa-se que o desenvolvimento de projetos como este amplia de forma exponencial os atendimentos ofertados pelas equipes técnicas nas UPCs.

Já o **indicador 2.4** apresentou resultado acima da meta estabelecida, o que pode estar relacionado com o acompanhamento sistemático realizado pela gerência de intervenção estratégica e da diretoria da DPJ, que desenvolveram ações, tais como: reuniões com a DAOP/PMMG para alinhamento e repactuação de fluxo em relação às reuniões entre as Unidades e o GEPAR; capacitações com os comandantes do GEPAR e gestão social em relação ao eixo Intervenção Estratégica; orientações em relação à importância das assinaturas nos documentos de fonte de comprovação; manutenção do calendário das reuniões dos Grupos de Intervenção Estratégica de Belo Horizonte, RMBH e interior do estado; reuniões preparatórias individuais com a gestão social para construção dos pontos relevantes a serem apresentados pela proteção social nas reuniões dos GIE's.

Ainda que a meta tenha sido alcançada, permanece o desafio, também indicado no RGR, da ampliação do percentual de reuniões entre UPCs e GEPAR. Ainda que as justificativas comportem questões relativas a agendas dos comandantes e gestão social, licenças médicas (elemento importante a ser destacado em tempos de pandemia), faz-se necessário o desenho de estratégias, como por exemplo a definição de calendário anual para as referidas reuniões, considerada agenda prioritária mediante Resolução nº 160 aludida no RGR.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
575	512	89,0%

Indicador 3.2 Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
30%	1%	3,3%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
480	881	183,5%

O aumento do número de atendimentos agendados e da busca espontânea por parte dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo pelo Programa Se Liga neste período pode ser atribuído pela retomada do trabalho presencial da equipe, pela contratação de mais um analista (atualmente são 4 profissionais) e melhores condições de trabalho no que se refere às estratégias desenhadas pelas gestoras sociais quanto à utilização das salas comuns de atendimento no ambiente das UPCs (Se Liga e Base Municipal BH).

Relativo ao **indicador 3.1**, somado aos elementos já indicados no RGR, merece destaque a ampliação da equipe como mencionado, além da mudança de formação da mesma. Considerando que se espera a realização de, em média, 20 atendimentos por analista/mês, neste período foram realizados aproximadamente 32 atendimentos ao público egresso por analista. A DPJ/SUPEC acredita que, considerando as ações estratégicas que vem sendo desenvolvidas, como ampliação e qualificação da equipe, a meta pactuada será alcançada no próximo PA. Tal número indica também o quanto a Unidade tem se dedicado ao público egresso, especialmente aos adolescentes incluídos no Programa, diante das limitações já sinalizadas nos relatórios anteriores para a realização dos atendimentos. Especialmente neste período, destaca-se o acionamento dos egressos ao Programa a partir da necessidade de obtenção de renda e inserção no mercado de trabalho, o que possibilitou realizar encaminhamentos complementares à empregabilidade, tais como a escolarização, que proporcionou o retorno de alguns adolescentes ao ensino básico, promovendo a auto-reflexão acerca da importância de concluir essa etapa de ensino para fins de qualificação profissional, além do desenvolvimento do Projeto de Qualificação e Empregabilidade de Adolescentes e Jovens.

Com relação ao **indicador 3.2**, apesar da persistência dos fatores que corroboram para o não alcance da meta estabelecida, percebe-se um empenho por parte da gestão social, analistas e técnico administrativo em buscar ativamente os adolescentes desligados das unidades de internação e semiliberdade, incluídos na lista de pré-adesão do programa desde março de 2020, na tentativa de convidá-los a participar do programa e correção de rumos deste indicador.

Cabe ainda registrar, conforme indicado no Relatório de Monitoramento anterior, o alinhamento entre a SUPEC e a SUASE para a retomada dos atendimentos presenciais nas Unidades Socioeducativas a partir de janeiro de 2022, no qual acredita-se que trará aumento neste indicador. Somado a isso, cabe destacar que a DPJ pactuou com a Diretoria de Orientação Socioeducativa/SUASE a realização de reuniões mensais em que serão tratados os desafios e especificidades que tocam cada uma das Unidades Socioeducativas no cumprimento dos fluxos de compartilhamento de informações atinentes ao processo de conclusão da medida socioeducativa e desligamento dos adolescentes.

No **indicador 3.3** reitera-se o quanto o não alcance dos demais está diretamente vinculado ao desafio de estabelecimento de vínculos com o público virtualmente, uma vez que as ações estratégicas com as unidades socioeducativas são mais possíveis de adaptação ao contexto da virtualidade promovida pela pandemia, diferentemente dos indicadores vinculados ao atendimento ao público.

Da mesma maneira, o investimento da gestão social e equipe técnica na repactuação dos fluxos de informação, cronograma de ações e de atendimento ao público com as novas equipes das unidades de internação e semiliberdade, decorrentes do momento de reorganização e troca de profissionais do sistema socioeducativo, contribuíram para a superação da meta deste indicador.

Cabe por fim destacar que a DPJ tem desenvolvido estratégias de monitoramento das ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas, como por exemplo, a realização de reunião de repactuação de fluxos com as Unidades prevista para janeiro e fevereiro de 2022 e qualificação metodológica dos instrumentais de mensuração das ações estratégicas realizadas.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
49.126	40.315	82,1%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
72%	79,7%	110,7%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
3.131	4.903	156,6%

Antes das análises de cada indicador do Programa CEAPA, cumpre registrar que foi necessário manter na UPC de Belo Horizonte o formato de revezamento, que contempla dias em teletrabalho e outros presenciais, para minimizar os riscos de contágio e transmissão da COVID-19, tendo em vista a limitação do espaço físico e o quantitativo maior de profissionais. Nesse mesmo sentido, mas em virtude da obra que está sendo executada no imóvel, na Unidade de Divinópolis também adotou este formato. Faz-se necessário destacar esses ajustes tendo em vista que as orientações para a execução do trabalho foram pensadas numa lógica predominantemente presencial, o que pode impactar no desempenho dos resultados.

Pontua-se, ainda, que os resultados ainda incipientes apresentados no município de Vespasiano se dão por se tratar de uma unidade de implantação. A contratação e capacitação dos profissionais que atuam na Central ocorreu somente no mês de outubro, com início dos atendimentos a partir do mês de novembro/2021.

No **indicador 4.1**, a meta pactuada para o período avaliatório foi alcançada, apesar da meta acumulada para o ano não ter sido atingida. Conforme sinalizado no relatório anterior, cabe destacar o impacto dos orientadores da Diretoria do Programa para consolidar as diretrizes prioritárias acerca da retomada das portas de entrada e o fortalecimento do fluxo com o Poder Judiciário, o reflexo dessa ação pode ser percebido na consistência apresentada nos resultados se comparado ao período anterior. Somado a isso, a retomada das ações presenciais e o retorno da execução das frentes de trabalho conforme os parâmetros metodológicos também contribuíram para a manutenção dos resultados alcançados.

Corroborando as justificativas apresentadas pela OS, destaca-se as análises apresentadas para os municípios de Montes Claros, Sete lagoas e Uberaba, que apresentaram resultados bem acima da meta prevista para esses municípios no período avaliatório. De modo geral, esses municípios se destacaram em função do aumento considerável na execução dos atendimentos grupais. Ademais, em Uberaba destaca-se o aumento dos números de atendimento de inscrição favorecidos a partir dos orientadores construídos pela DAL/SUPEC junto a gestão social para impulsionar as portas de entrada e fortalecer o fluxo de encaminhamento das alternativas penais para acompanhamento do Programa.

Considerando ainda a importância em trazer componentes de análise que justifiquem as oscilações de dados, faz-se necessário apontar elementos que subsidiem uma leitura de execução para aqueles municípios que apresentaram resultados inferiores a meta pactuada. Embora os resultados abaixo da meta tenham sido identificados nos números apresentados pela OS para os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, não consta nenhuma justificativa ou elementos de análise sobre o dado apresentado. Sendo assim, sugere-se que a OS aprimore as análises contemplando aqueles municípios que apresentaram um desempenho inferior a meta pactuada.

No **indicador 4.2**, em conformidade com as análises apresentadas pela OS, a DAL/SUPEC ressalta a importância do aprimoramento e investimento com relação a regularidade do monitoramento e fiscalização do cumprimento da alternativa penal, posto que é uma ação prioritária e contínua do Programa. Diante disso, é notório o impacto positivo no aumento do percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório em função da qualificação dessa frente de trabalho.

Cabe ainda destacar, conforme sinalizado no relatório anterior, o reflexo da retomada do cumprimento das alternativas penais na modalidade de prestação de serviços à comunidade que culminou no aumento das finalizações e baixas. Somado a isso, as decisões favoráveis do Poder Judiciário acerca da contabilização do período de pandemia como efetivo cumprimento seguem impactando positivamente no alcance da meta pactuada para esse indicador.

Ressalta-se a pertinência em destacar as análises para aqueles municípios que apresentaram uma evolução acima do previsto, sobretudo aqueles que, embora constem um índice de cumprimento de 100%, conforme sinalizado para o município de Santa Luzia, não traduzem a efetividade desse indicador. Nesse sentido, também faz-se necessário desenvolver as análises para os municípios que apresentaram um resultado muito inferior do pactuado internamente. Ainda nessa perspectiva, cabe salientar o desempenho muito aquém dos municípios de Betim, Juiz de Fora e Sete Lagoas que apresentaram índices alarmantes, que giram em torno de 30% de cumprimento, quando analisado os dados mensais dentro do período avaliado. Posto isso, sugere-se que a OS aprimore as próximas análises contemplando as oscilações negativas identificadas.

Por fim, é importante relatar que os resultados nulos apresentados para os municípios de Araguari e Varginha ocorreram por se tratar de unidades que ainda não foram implantadas até o período avaliatório em questão. Situação similar acontece no município de Vespasiano que em função da recente implantação e chegada dos novos analistas sociais somente no mês de outubro, também apresentou um dado nulo para esse indicador, tendo em vista a falta de tempo hábil para a finalização do cumprimento da alternativa penal, conseqüentemente, sua baixa processual.

Para o **indicador 4.3**, e em conformidade com as diretrizes da DAL/SUPEC para suspensão da contabilização das ações de rede via contato telefônico para fins de cálculo desse indicador, de acordo com a tendência, o número de ações realizadas junto à rede de apoio do Programa apresentou uma redução, no entanto, a meta foi alcançada em sua integralidade quando considerado o desempenho acumulado.

De forma complementar a análise apresentada pela OS acerca da repactuação de meta e a conseqüente alteração do número do indicador, o aumento sofrido está diretamente relacionado ao aumento do número de analistas contratados para atuar nas centrais, conforme ampliação prevista no convênio federal nº 822255/2015 firmado entre a SEJUSP e o DEPEN Federal/MJSP. O esperado com as novas contratações é impulsionar o trabalho e provocar uma execução superior a praticada com a equipe reduzida, sendo assim, justifica-se o aumento da meta prevista.

Destaca-se ainda que o esperado para o período avaliatório, em função do aumento do número de analistas, somado a constância na retoma do cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade, seria o conseqüente aumento das ações de rede. Porém, no relatório apresentado pela OS, consta que "(...)com a alteração no quadro de analistas sociais, foi necessário maior investimento para garantir a apropriação e autonomia da nova profissional e, assim, houve necessidade de reorganização para a sustentação de outras frentes de trabalho." Entende-se a importância na qualificação constante dos profissionais,

sobretudo aqueles recém ingressados no Programa, entretanto, a contratação de novos profissionais se propõe a potencializar o trabalho, sentido contrário ao apresentado nas análises específicas de município, como Belo Horizonte e Governador Valadares.

Ainda nesse sentido, outras análises merecem um ponto de atenção quando o não alcance da meta está localizado nas férias regulamentares dos analistas sociais ou na repactuação com o Poder Judiciário para abertura de novas portas de entrada. É importante ressaltar a necessidade de organização das frentes de trabalho diante a esses cenários que são totalmente previsíveis e, portanto, demandam diagnóstico prévio e elaboração de estratégias para construção de um plano de ação.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP		
Meta	Resultado	Desempenho
19.505	16.835	86,3%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	88,2%	113,0%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
1.328	1.606	120,9%

Primeiramente, no que se refere às metas para os indicadores do PrEsp, importante considerar equívocos na apresentação dos números executados por parte da OS. Considerando o período avaliatório ora analisado (outubro a dezembro de 2021), a meta pactuada para o indicador 5.1 (Número acumulado de atendimentos realizados pelo PrEsp) foi de 19.505 atendimentos, tendo sido obtido o resultado de 16.835 atendimentos, o que corresponde a 86,31% da meta pactuada e não 98,7%, conforme dispões a OS no relatório (p.42). Equívoco também foi observado na apresentação dos dados referentes ao indicador 5.3: a meta pactuada para este indicador foi de 1.328, tendo sido alcançado o resultado de 1.606, o que corresponde a 120,93% da meta, e não 150,7%, conforme disposto no relatório (p.47).

Importante destacar também a implantação do PrEsp em três novos municípios durante este período avaliatório, a saber: Divinópolis, Ibirité e Vespasiano. Estas implantações foram realizadas em razão de recurso recebido via convênio federal celebrado com o DEPEN Nacional para fortalecimento da inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional no estado de Minas Gerais. Conforme também ocorreu com a implantação realizada em Sete Lagoas em momento anterior, foram realizadas reuniões para fins de articulação de rede com atores estratégicos que contribuem para a chegada do público ao PrEsp, a saber, Poder Judiciário, diretores de Unidades Prisionais, Defensoria Pública, Ministério Público, Prefeitura, instituições da rede de saúde, educação, assistência social, faculdades, dentre outros.

Considerando o **indicador 5.1**, a meta prevista não foi alcançada em sua plenitude, porém, importante ressaltar que conforme pontuado pela OS, os números dos atendimentos têm aumentado progressivamente. Nesse sentido, destaca-se a retomada e qualificação das atividades grupais realizadas nas Unidades de Prevenção à Criminalidade (grupos de apresentação do PrEsp para pessoas que comparecem pela primeira vez no Programa e grupos de acompanhamento para pessoas já inscritas) e nas Unidades Prisionais com o público pré-egresso.



Projeto Empodera-se – Grupo realizado na UPC do Ribeirão da Neves com pessoas acompanhadas pelo PrEsp

Importante também destacar, conforme já apontado, o início das atividades em três novos municípios do estado: Ibirité, Divinópolis e Vespasiano. A implantação do PrEsp nestes municípios traz para as pessoas egressas do sistema prisional a possibilidade de acessar um serviço especializado e que atua diretamente com a pauta da inserção social. Apesar do número de atendimentos ainda não ser significativo nestes municípios, já que a disponibilização do serviço ainda é recente, esforços têm sido envidados para dar conhecimento ao público e à rede sobre a execução do PrEsp nestes locais.

Pontua-se, porém, alguns resultados alcançados e justificativas apresentadas para este indicador para as Unidades de Belo Horizonte, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ribeirão das Neves, Uberlândia e Uberaba:

- UPC Belo Horizonte: embora a OS tenha pontuado em seu relatório o não alcance da meta em razão de férias de profissionais e cancelamento de atividades coletivas que seriam realizadas, importante ressaltar tanto a importância da existência de um planejamento prévio para organização do trabalho durante o período de férias de profissionais, quanto a realização de outras ações que possibilitem o acesso do público ao Programa. A UPC BH é atualmente a Unidade com o maior número de profissionais contratados, considerando os demais municípios de atuação do PrEsp, razão pela qual não se justifica um resultado tão baixo como o executado no mês de outubro e o não alcance da meta estabelecida para o período avaliatório. Ademais, o período de férias dos analistas é planejado com antecedência. Espera-se, assim, que sejam pensadas novas organizações do trabalho que não impactem tão drasticamente na disponibilização do atendimento ao público durante estes períodos.
- UPC Contagem: novamente é apresentado um número baixo de atendimentos nos meses em que não houve coleta de assinaturas na Unidade (85 atendimentos em novembro e 94 atendimentos em dezembro). Esses números estão bem abaixo da capacidade de atendimento da Unidade de Contagem, considerando a realidade do município e o número de Analistas Sociais contratados para atendimento ao público. Pauta-se novamente a necessidade de a equipe realizar um acompanhamento mais qualificado do público e em novas formas de chegada ao PrEsp que não estejam vinculadas apenas à coleta de assinaturas.
- UPC Divinópolis: conforme já sinalizado, a implantação do PrEsp em Divinópolis se deu há pouco tempo, o que justifica o número baixo de atendimentos realizados. A OS, contudo, relata que o acesso ao PrEsp foi dificultado em razão da necessidade de “dispor um novo imóvel para as atividades do Programa” (p.43). Importante apenas retificar que não houve mudança do PrEsp para um outro imóvel, mas apenas a ocupação pelo Programa de um novo espaço existente no mesmo imóvel e que este está passando por reformas e manutenções.
- UPC Governador Valadares: durante os meses de novembro e dezembro houve uma queda significativa no número de atendimentos realizados no município, se comparado com o mês de outubro. Isso demanda a análise dos fatores que contribuíram para esta diminuição de modo a se planejar estratégias de intervenção que possibilitem um maior acesso do público ao Programa.
- UPC Ribeirão das Neves: a OS justifica o baixo número de atendimentos em razão da contratação de novos Analistas, o que teria ocasionado uma renovação da equipe e a necessidade de aprimoramentos metodológicos. Ocorre, porém, que a contratação dos novos Analistas se deu no mês de agosto de 2021, razão pela qual a justificativa apresentada pela OS para o não batimento da meta estipulada não se perfaz. Importante, nesse sentido, que haja um acompanhamento próximo da equipe para entender as razões que têm impactado de forma negativa na não chegada do público na Unidade e no baixo número de acompanhamentos realizados.
- UPC Uberlândia: também se observa um baixo número de atendimentos no mês de outubro, porém, com significativa melhora nos dois meses subsequentes. Importante manter a lógica adotada para acesso do público ao Programa e acompanhamento dos casos para que o número de atendimentos realizados possa se manter.
- UPC Uberaba: importante que a OS entenda e justifique de forma mais qualificada a grande oscilação entre os números apresentados. No mês de outubro foram realizados 52 atendimentos, o que contrasta com o número alcançado no mês de novembro, a saber, 172 atendimentos. Justifica a OS que o aumento do número se deu em razão da retomada das ações com o público pré-egresso nas unidades prisionais. Importante salientar, contudo, que a principal frente de trabalho do PrEsp é o acompanhamento do público egresso do sistema prisional. É preciso, portanto, que a Unidade foque no trabalho realizado com este público, qualificando os acompanhamentos realizados e possibilitando uma maior chegada das pessoas egressas no sistema prisional na UPC para atendimento. Embora as ações nas unidades prisionais sejam extremamente importantes para o Programa, elas não podem sobrepor as que devem ser realizadas com o público egresso do sistema prisional.

Por fim, apesar da meta referente ao indicador 5.1 não ter sido alcançada em sua totalidade, o resultado alcançado foi positivo.

A respeito do **indicador 5.2**, o resultado alcançado foi superior ao estipulado, o que representa algo positivo para o Programa, já que este indicador mede o retorno do público para novos atendimentos. Contudo, é preciso ter cuidado quando o resultado para ele alcançado ultrapassa muito a meta estipulada. Isso porque para realização do cálculo deste indicador é diretamente considerado o número de inscrições realizadas, que demonstra o número de pessoas que compareceram à Unidade para atendimento pela primeira vez (quanto maior o número de inscrições, menor a taxa de retorno). O resultado alcançado por este indicador representa um maior acompanhamento do público, o que qualifica as intervenções realizadas. Porém, há também a necessidade de chegada de novas pessoas para acompanhamento. Sendo assim, o ideal é que este indicador apresente resultado bem próximo à meta estipulada, havendo assim um equilíbrio entre o acompanhamento que é realizado para pessoas já inscritas no Programa e a chegada mensal de novas pessoas para atendimento.

Considerando o retorno do público para fins de acompanhamento, importante destacar algumas ações realizadas. Nos meses de novembro e dezembro, por meio de recurso proveniente de emenda parlamentar, foi disponibilizado para o público inscrito e acompanhado pelo PrEsp cursos de qualificação profissional (Pequenos Reparos e Empreendedorismos). Foram executadas 05 turmas (Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora e Ribeirão das Neves), sendo capacitadas 54 pessoas.

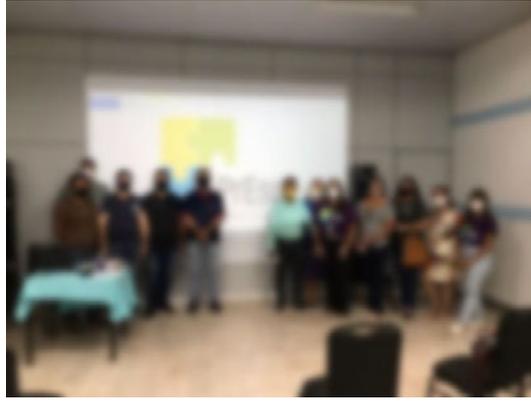
Para a execução destas ações é extremamente importante que exista uma vinculação do público com o PrEsp para que esses encaminhamentos se tornem possíveis, bem como os acompanhamentos, e isso só é viabilizado por meio dos retornos aos atendimentos.



Curso realizado em Belo Horizonte – Fotografia: Tiago Ciccarini/Ascom - SEJUSP

Outras ações também têm sido desenvolvidas pensando-se, principalmente, na existência de espaços coletivos para intervenções a nível de acompanhamento de casos. Nesse sentido, tem sido executados grupos de acompanhamento, com pessoas já inscritas no PrEsp, de modo a também fortalecer o vínculo da pessoa atendida com o Programa e realizar intervenções que possuem maior amplitude do que as realizadas nos atendimentos individuais.

Quanto ao **indicador 5.3**, o resultado alcançado também foi superior à meta estabelecida. Em razão da possibilidade de um maior acesso à rede após a retomada do trabalho presencial, está sendo possível realizar articulações que têm propiciado a apresentação do PrEsp para atores da rede parceira de modo a construir fluxos para encaminhamentos do público para o Programa.



Encontro Conexão – Montes Claros

Desse modo, articulações vêm sendo realizadas para apresentação do trabalho realizado pelo PrEsp, mas também para realização de discussões de casos de pessoas que são acompanhadas por outros serviços que não o PrEsp, qualificando assim o trabalho realizado.



Parceria Projeto Acolher – Grupo de Apresentação – Sete Lagoas

Durante este período avaliatório também foram realizadas articulações pelas Gestoras Sociais nos novos municípios de implantação do PrEsp (Divinópolis, Ibitaré e Vespasiano) para apresentação do Programa e construção de fluxos de encaminhamentos. Tais ações são extremamente importantes, principalmente em municípios onde o trabalho do PrEsp começa a ser executado, pois é a partir delas que o público chega ao Programa e começa a acessar os serviços que lhes são disponibilizados.

Por fim, destaca-se apenas o alto número de articulações de rede realizadas pela UPC de Montes Claros (24 articulações) e Ribeirão da Neves no mês de novembro (31 articulações). Embora a OS tenha justificado a razão do alto número de mobilizações em Montes Claros, o mesmo não aconteceu quanto a Ribeirão das Neves, que realizou um número ainda maior. É preciso observar com cuidado essa discrepância entre meta estipulada e resultado alcançado, já que é necessário se ter um equilíbrio entre as frentes de trabalho executadas para que o excesso em relação à execução de um indicador não impacte em frentes de trabalho referentes a outro indicador.

Área Temática 6: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 6.1 Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
980	715	72,9%

Conforme já abordado no último período avaliatório, as articulações para as reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Alfenas continuam, de forma geral, aquém do necessário, tanto para atingimento do quórum mínimo de presença nas reuniões como também no fortalecimento das pautas discutidas no espaço - o que produz impacto direto nos números alcançados pelo indicador (uma vez que são contabilizados o número de presentes nas reuniões).

É destacado no RGR a reunião presencial no mês de novembro, que contou com uma participação mais expressiva da rede local. Contudo, a Coordenação Estadual do Programa também esteve presente no município para participação da mesma, o que teria contribuído para a presença de um número maior de membros, bem como estimulou maior mobilização da rede também por parte do próprio município - e não somente via o profissional articulador.

Área Temática 7: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 7.1 Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção		
Meta	Resultado	Desempenho
990	2.301	232,4%

Indicador 7.2 Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	12,1	123,9%

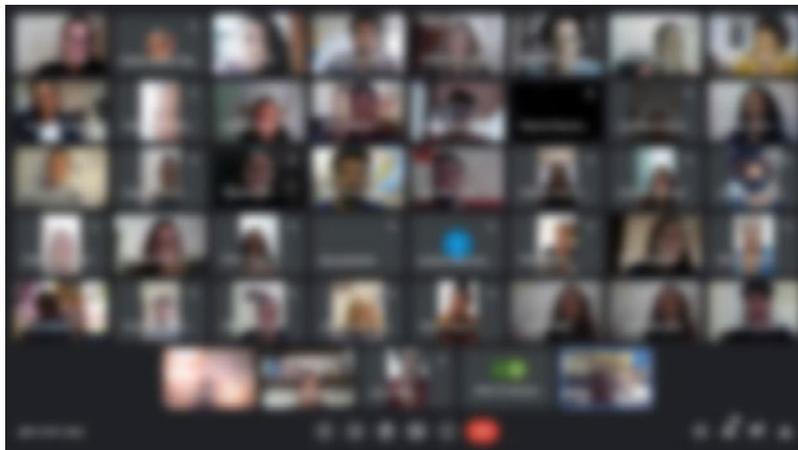
Seguem abaixo a descrição de algumas atividades desenvolvidas neste período avaliatório:

- **PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

Tema: "Estratégias de mobilização social e segurança cidadã"

Data: 11/11/21 - Videoconferência

O encontro teve como convidado [REDACTED] e contou com mais de 80 participantes. Foram discutidas questões sobre mobilização social e desafios que tocam as práticas do Programa Mediação de Conflitos.

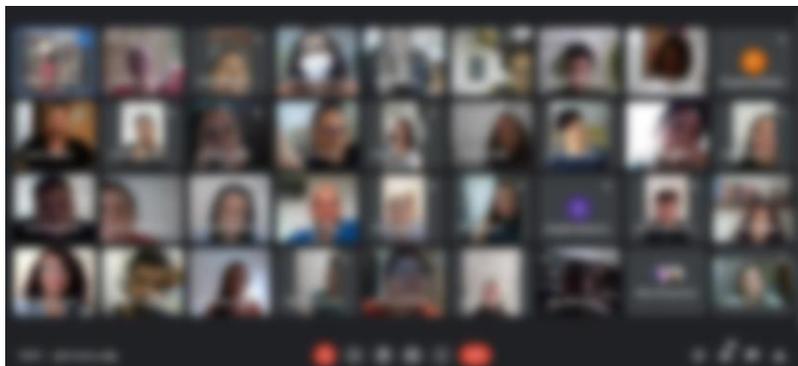


Encontro de Formação -11/11/2021

Tema: Encontro com a diretoria

Data: 16/12/21 - Videoconferência

Teve como objetivo falar sobre o ano de 2021 e sobre os desdobramentos do projeto "ComAgente", "Boletim PMC 21 Dias de Ativismo", e o lançamento do Livro do Programa Mediação de Conflitos.



Encontro com a Diretoria do PMC -16/12/2021

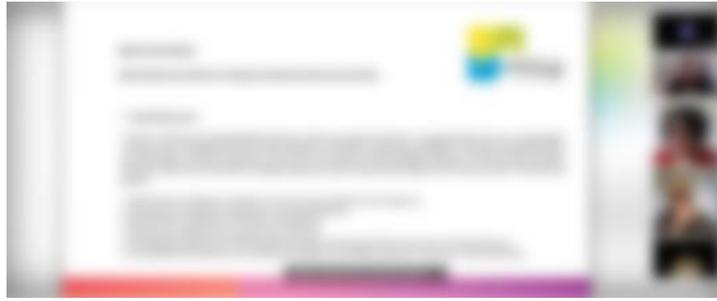
- **PROGRAMA PRESP**

Tema: Capacitação Inicial

Data: 18/10/21 - Videoconferência (Jitsi Meet)

O encontro foi conduzido pelos Supervisores Metodológicos do PrEsp, com a participação de 09 pessoas, direcionada para os Analistas contratados para as implantações do PrEsp em Divinópolis, Ibirité e Vespasiano. No momento foram discutidas temáticas referentes à metodologia de trabalho adotada pelo PrEsp,

aspectos relacionados ao perfil do público atendido, vulnerabilidades a ele afetadas, plano de acompanhamento, acesso à rede, dentre outros.



Tema: Capacitação Inicial

Data: 24/10/21 - Videoconferência (Zoom)

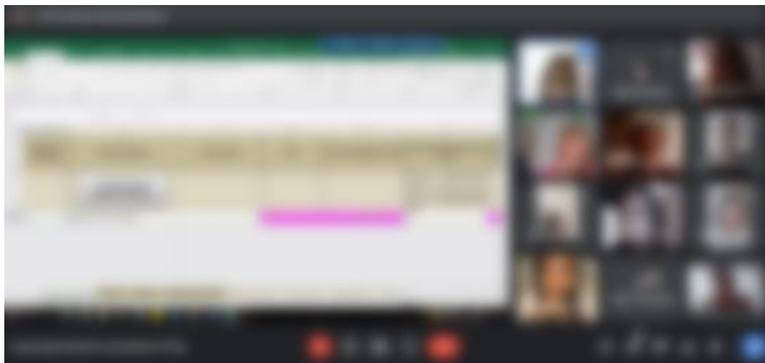
O encontro foi conduzido pela convidada Jeanyce Araújo e pelos Supervisores Metodológicos do PrEsp, com a participação de 45 pessoas, dentre elas Analistas Sociais, Gestores Sociais e Diretoria. Esta capacitação foi direcionada para a equipe técnica que atua no PrEsp abordando a temática das atividades coletivas realizadas pelo Programa com o público atendido, as potencialidades destas atividades, possibilidades de intervenções, dentre outros.



Tema: Capacitação Planilhas Relatório Quantitativo

Data: 03/11/21 - Videoconferência (Google Meet)

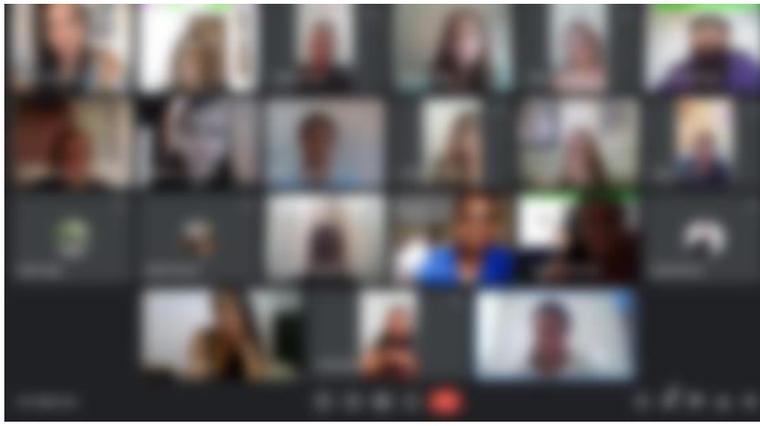
O encontro foi conduzido pela AGI (Assessoria de Gestão da Informação), Gerência e Supervisores Metodológicos do PrEsp, contando com a participação de 24 pessoas. Esta capacitação foi direcionada para os Analistas Sociais que atuam no PrEsp na qual foi apresentado o instrumental de coleta de dados do Programa para os profissionais contratados para as novas implantações do Programa.



Tema: Capacitação Planilhas Relatório Quantitativo

Data: 17/11/21 - Videoconferência (Google Meet)

O encontro foi conduzido pela AGI (Assessoria de Gestão da Informação), Gerência e Supervisores Metodológicos do PrEsp, contando com a participação de 22 pessoas. Esta capacitação foi direcionada para os Analistas Sociais que atuam no PrEsp na qual foi apresentado o instrumental de coleta de dados do Programa para os profissionais contratados para as novas implantações do Programa e para ampliação da equipe em outros municípios.



Tema: Das Ações de Boas Práticas à Consolidação do Trabalho no PrEsp

Data: 24/11/21 - Videoconferência (Google Meet)

O encontro foi conduzido pela Diretoria, Gerência e Supervisores Metodológicos do PrEsp, contando com a participação de 46 pessoas. Neste momento foram compartilhadas experiências de ações executadas em cada um dos 15 municípios de atuação do PrEsp como forma de divulgar as boas práticas e replicá-las por meio de outras equipes para fins de acompanhamento dos casos e acesso do público ao Programa.

- **PROGRAMA FICA VIVO**

Tema: Encontro de Formação com equipes

Data: 13/10/21 - Videoconferência

Neste encontro do terceiro grupo de analistas sociais, foi dada continuidade a discussão das bases introdutórias da questão de gênero no enfrentamento às violências e a proposta é que possamos fazer desses momentos, espaços de trocas, aprendizados e reflexões sobre as práticas, momento preparatório para o Juventudes ConVida.

Tema: Juventudes ConVida

Data: 27/10/2021 - Videoconferência

Finalizando a discussão desta introdução à discussão de gênero no enfrentamento às violências, o Juventudes ConVida contou com a participação de analistas sociais dos Programas Fica Vivo e Se Liga e a discussão teve como facilitadora a psicóloga clínica Jeanyce Gabriela Araújo, integrante da Comissão de Orientação Mulheres e Questões de Gênero do CRP/MG.

Tema: Encontro de Fechamento do ano da DPJ

Data: 15/12/2021 - Videoconferência

Este último encontro do ano contou com a participação de analistas sociais dos Programas Fica Vivo e Se Liga e teve como facilitadores da reflexão os psicanalistas [REDACTED] que, nesta oportunidade, discutiram e refletiram com as equipes sobre os desafios do trabalho e dos trabalhadores em tempos de pandemia, baseados no livro de autoria dos mesmos intitulado "Pandemia e neoliberalismo: a melancolia contra o novo normal".

- **PROGRAMA SE LIGA**

Tema: Capacitação Introdutória

Datas: 17/11/2021 e 18/11/2021 - Videoconferência

Contextualização e apresentação metodológica do Programa ao novo analista social Regional BH, RM e Central Mineira

Tema: Capacitação Introdutória

Datas: 18/11/2021 - Videoconferência

Contextualização e apresentação metodológica do Programa à gestão social Regional Zona da Mata

Tema: Capacitação Introdutória

Datas: 06/12/2021 - Videoconferência

Contextualização e apresentação metodológica do Programa à analista social Regional Zona da Mata

- **PROGRAMA CEAPA**

Tema: Capacitação introdutória para novos analistas sociais contratados

Datas: 18/10/2021 e 18/11/2021 - Videoconferência (Google Meet)

As capacitações introdutórias são conduzidas pela supervisão metodológica e diretoria de alternativas penais com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais a partir do modelo nacional de gestão em Alternativas Penais. Foi apresentada a perspectiva de trabalho, a

metodologia desenvolvida pelo Programa, os métodos de avaliação, instrumentais e documentos orientadores da atuação. Participaram dessa capacitação analistas contratados para atuar nas unidades de Belo Horizonte, Betim, Governador Valadares, Juiz de Fora, Santa Luzia e Vespasiano.

Tema: Supervisão Conjunta com os novos analistas sociais contratados

Data: 20/10/2021 - Videoconferência (Google Meet)

Como forma de ampliar as possibilidades de intervenção e buscar um nivelamento dos profissionais que atuam no Programa, foi realizada uma supervisão conjunta com os novos analistas sociais para apresentar os alinhamentos gerais de programa apresentar os institutos jurídicos acompanhados; fluxos e procedimentos internos; e a condução do programa com as medidas protetivas de urgência e medidas cautelares diversas da prisão.

Área Temática 8: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 8.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local		
Meta	Resultado	Desempenho
26	27	103,8%

Indicador 8.2 Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
3	3	100%

A análise do relatório de gestão de oficinas conseguiu abordar os aspectos importantes do período sobre a melhoria nos indicadores da pandemia e as estratégias adotadas a partir do "Plano de Retomada de Oficinas" para realizar um retorno que estivesse de acordo com as especificações sanitárias do estado e dos municípios.

Indicador 8.3 Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
3	3	100%

Considera-se que estes também alcançaram o conteúdo de maneira satisfatória. Contudo, cabe salientar que, mediante a estabilização desse novo contexto pós pandemia, espera-se que os próximos relatórios promovam as análises mais aprofundadas do perfil do público, a confirmação ou refutação das vulnerabilidades que envolvem os mesmos e que adentram no sistema socioeducativo, além das ações de rede desenvolvidas pela equipe técnica, avanços e desafios nessa execução

Indicador 8.4 Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
3	3	100%

Conforme já mencionado em relatórios de monitoramento anteriores, a Coordenação do Programa Selo Prevenção Minas avalia que é necessário qualificar a análise produzida pelo Relatório de Ações entregue mensalmente, de forma a contemplar outras dimensões que envolvem a execução do Programa. O formato atual do relatório, elaborado através das informações disponíveis nos relatórios de Excel, não têm agregado análises distintas e mais qualificadas em relação àquelas já disponíveis nestes relatórios, de modo que os desafios e potencialidades não são pautados.

Área Temática 9: Gestão da Parceria

Indicador 9.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Indicador 9.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Os indicadores 9.1 e 9.2 serão discutidos e avaliados, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação.

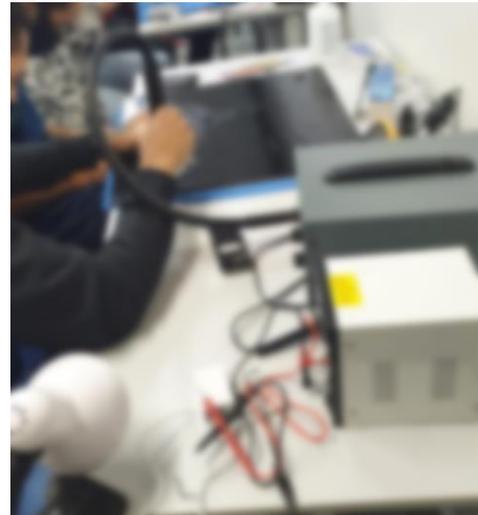
Área Temática 10: Projeto Qualificação e Empreendedorismo

Indicador 10.1 Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo		
Meta	Resultado	Desempenho
150	-	-

Indicador 10.2 Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo		
Meta	Resultado	Desempenho
60%	-	-

Com relação ao Projeto de Qualificação e Empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, oriundo da emenda parlamentar da Deputada Estadual Laura Serrano, a Comissão de Monitoramento esclarece que este deu seu início em dezembro, com o curso de montagem e manutenção de celulares, entre os dias 11 a 23/12/2021.

Conforme indicado pela OS no RGR, foram inscritos 12 participantes, encaminhados pelos programas de prevenção à criminalidade. Destes, 11 concluíram o estudo com a emissão de certificado ao final (92%). Frisa-se que o Instituto Elo realizou ato convocatório para contratar empresa especializada em cursos profissionalizantes, que abordasse também a temática do empreendedorismo. Durante a realização do curso, foram concedidos auxílios alimentação e transporte, para cada dia de participação, de modo a favorecer a continuidade dos alunos até o final do curso.



A Comissão de Monitoramento ressalta as ótimas repercussões que o curso teve nos programas de prevenção à criminalidade, principalmente nos territórios de atuação destes, sendo que foi imprescindível os constantes alinhamentos e acompanhamentos feitos pelas equipes da SUPEC e Instituto Elo. Informa-se que novos cursos do projeto já estão sendo executados no ano de 2022.

Com relação aos indicadores, é importante esclarecer que as metas contidas no programa de trabalho do V Termo Aditivo do Contrato de Gestão são globalizadas e advêm do projeto aprovado pelo gabinete da Deputada, nos quais abrangem a execução de todos os cursos e, por este motivo, a continuidade do projeto foi considerada no VI Termo Aditivo.

Nesse sentido, a Comissão de Monitoramento manifesta favoravelmente quanto ao pedido de desconsideração destes indicadores na avaliação geral do período avaliatório, bem como do produto 1.4 atrelado, tendo em vista que não houve a execução de todos os cursos no período, sendo que a avaliação poderá ocorrer em momento oportuno.

3.1 – Detalhamento da realização dos produtos

Conforme sinalizado no Relatório Gerencial de Resultados do 12º período avaliatório, o Instituto Elo e a SUPEC reavaliaram o planejamento de execução dos produtos pactuados, sobretudo no tocante às emendas parlamentares e convênios celebrados, que foram prejudicados devido ao momento de pandemia. Tal readequação teve o objetivo de alcançar melhores resultados, primando pela eficiência, eficácia e efetividade das ações.

Nesta esteira, todos os projetos de emendas foram prorrogados para 2022 por meio da publicação do VI termo aditivo em dezembro de 2021. O quadro abaixo demonstra a situação geral dos produtos:

Área Temática		Produto		Término previsto	Período Avaliatório	Status
1	Projetos de Emendas Parlamentares	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	Dezembro/21	12º	Prorrogado para 2022 pelo VI TA
		1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	Dezembro/21	12º	Prorrogado para 2022 pelo VI TA
		1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	Dezembro/21	12º	Prorrogado para 2022 pelo VI TA
		1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção	Dezembro/21	12º	Iniciado em dezembro-21 com continuação em 2022, com pedido

	Social à Criminalidade			de desconsideração da avaliação no 12º PA. Vide indicadores 10.1 e 10.2.
1.5	Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade	Dezembro/21	12º	Prorrogado para 2022 pelo VI TA

Com relação ao **produto 2.2** “Pesquisa de reentrada de adolescente no Sistema Socioeducativo”, o mesmo foi suprimido do programa de trabalho do VI termo aditivo, considerando às restrições estabelecidas pela Resolução SEJUSP nº 50/2021 quanto às ações internas nas Unidades Socioeducativas, devido à pandemia do COVID-19, inviabilizando a aferição dos elementos qualitativos e quantitativos da pesquisa. Contudo, este será rediscutido nos próximos aditamentos.

Área Temática 2: Pesquisas e Diagnósticos

Produto 2.3: Diagnósticos de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local

Status: Produto entregue dentro do prazo.

Inicialmente, importa registrar que o III Termo de Alteração Simples do Contrato de Gestão, assinado em 21/10/21, alterou a descrição deste produto. Previa-se inicialmente a realização de 2 (dois) diagnósticos, um no município de Ipatinga e outro em Montes Claros. Contudo, a implantação prevista em Montes Claros está sendo reavaliada pela SUPEC, considerando os indicadores de dinâmica criminal local, bem como questões de ordem institucional que envolvem o processo. Portanto, a nova descrição previu apenas um diagnóstico, qual seja, a implantação de Unidade de base local em Ipatinga.

A primeira versão do diagnóstico foi encaminhada, por e-mail, em 16/12/21. Após alguns apontamentos realizados pela SUPEC, a versão final foi enviada em 29/12/21, sendo esta aprovada por cumprir os parâmetros definidos na descrição do produto no programa de trabalho vigente. O diagnóstico apresentou 57 páginas, com o seguinte sumário:

Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade - Bom Jardim e Esperança, Ipatinga-MG	
SUMÁRIO	
Apresentação.....	4
Materiais e métodos.....	6
Dimensão: História e território do município e da área de intervenção.....	7
PARTE 1. Ipatinga: Contexto histórico.....	8
PARTE 2. Bom Jardim e Esperança: Percepções da equipe sobre o território...9	
Dimensão: Aspectos sociodemográficos e econômicos.....	15
PARTE 1. Características gerais do município e área de abrangência da UPC. 15	
PARTE 2. Características dos domicílios.....	19
PARTE 3. Mortalidade juvenil.....	24
Dimensão: Rede institucional e comunitária.....	26
PARTE 1. Identificação, perfil e percepções sobre a política de prevenção à criminalidade de entidade e lideranças.....	26
PARTE 2. Mapeamento de redes.....	29
PARTE 3. Mapeamento de demandas.....	34
PARTE 4. Percepções dos entrevistados sobre sinais de desordem e crimes no território.....	41
Dimensão: Padrões criminais - homicídios.....	47
Considerações finais.....	52
Bibliografia.....	55
Anexo.....	56

O RGR apresentou, de forma satisfatória, as informações mais relevantes deste produto.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Memória de Cálculo A - Estadual

Previsto

1	Entrada de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		01/01/2021 a 31/01/2021	01/02/2021 a 28/02/2021	01/03/2021 a 31/03/2021	01/04/2021 a 30/04/2021	01/05/2021 a 31/05/2021	01/06/2021 a 30/06/2021	01/07/2021 a 31/07/2021	01/08/2021 a 31/08/2021	01/09/2021 a 30/09/2021	01/10/2021 a 31/10/2021	01/11/2021 a 30/11/2021	01/12/2021 a 31/12/2021
1.1	Receitas												
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	4.456.575,70		5.888.180,60	-	-	6.742.901,05	6.537.301,80	-	-	5.216.842,21	-	-
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.000,00	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	30.223,96	32.870,70	29.963,28	33.839,88	42.391,80	62.833,65
(E) Total de Entradas:		4.465.925,58	7.550,45	5.899.908,34	14.387,88	19.957,65	6.762.632,65	6.567.525,76	32.870,70	29.963,28	5.250.682,09	242.391,80	62.833,65
2 Saída de Recursos													
2	Saída de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2.1	Gastos com Pessoal												
2.1.1	Salários	844.687,58	844.687,58	846.439,56	846.439,56	846.439,56	846.439,56	973.714,04	973.714,04	1.032.920,25	1.032.920,25	1.066.050,71	1.148.876,86
2.1.2	Estagiários	1.376,00	1.376,00	34.176,00	34.176,00	71.896,00	71.896,00	1.336,00	1.336,00	89.336,00	89.336,00	89.336,00	89.336,00
2.1.3	Encargos	334.754,63	334.754,63	337.423,75	337.423,75	339.723,66	339.723,66	384.626,32	384.626,32	413.399,81	413.399,81	426.054,73	458.789,67
2.1.4	Benefícios	257.626,01	257.626,01	258.715,61	258.715,61	258.853,61	258.853,61	282.559,32	282.559,32	300.333,56	300.333,56	310.343,45	335.368,18
Subtotal (Pessoal):		1.438.444,22	1.438.444,22	1.476.754,92	1.476.754,92	1.516.912,83	1.516.912,83	1.642.236,28	1.642.236,28	1.835.989,62	1.835.989,62	1.891.784,89	2.032.370,71
2.2	Gastos Gerais	403.740,00	458.040,00	510.360,00	459.540,00	460.020,00	458.040,00	1.470.035,50	429.893,50	401.553,50	507.473,50	497.233,50	757.107,00
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	131.860,00	-	-	-	-	-
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	30.223,96	32.870,70	29.963,28	33.839,88	42.391,80	62.833,65
(S) Total de Saídas:		1.851.534,10	1.904.034,67	1.998.842,66	1.950.682,80	1.996.890,48	1.994.684,43	3.274.355,74	2.105.000,48	2.267.506,40	2.377.303,00	2.431.410,19	2.852.311,36

Realizado

1	Entrada de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		01/01/2021 a 31/01/2021	01/02/2021 a 28/02/2021	01/03/2021 a 31/03/2021	01/04/2021 a 30/04/2021	01/05/2021 a 31/05/2021	01/06/2021 a 30/06/2021	01/07/2021 a 31/07/2021	01/08/2021 a 31/08/2021	01/09/2021 a 30/09/2021	01/10/2021 a 31/10/2021	01/11/2021 a 30/11/2021	01/12/2021 a 31/12/2021
1.1	Receitas												
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	4.456.575,70	-	5.888.180,60	-	-	6.537.301,80	-	-	-	3.271.778,90	-	-
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	600,00	-	-	600,00	1.200,00	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	325.157,28	-	-	15,46	-	20,31	-	-	-	200.000,00	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	30.223,96	32.870,70	29.963,28	33.839,88	42.391,80	62.833,65
(E) Total de Entradas:		4.465.925,58	333.307,73	5.899.908,34	14.387,88	20.573,11	6.558.233,40	30.244,27	32.870,70	29.963,28	3.305.618,78	242.391,80	62.833,65
2 Saída de Recursos													
2	Saída de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2.1	Gastos com Pessoal												
2.1.1	Salários	754.182,07	796.254,04	774.042,52	805.986,22	797.442,29	791.992,00	788.836,64	799.383,43	826.963,07	817.915,25	883.159,58	1.184.926,83
2.1.2	Estagiários	1.577,36	1.006,34	1.330,19	1.329,33	1.336,00	1.336,00	1.336,00	1.336,00	1.336,00	1.336,00	1.336,00	1.804,00
2.1.3	Encargos	314.961,24	633.598,52	307.106,64	317.222,89	321.261,57	315.880,43	340.091,76	341.324,61	363.404,44	356.285,43	381.024,03	458.921,60
2.1.4	Benefícios	106.714,15	193.315,35	253.500,15	206.308,33	245.209,76	251.955,85	244.557,75	258.022,60	258.061,74	258.158,19	270.519,21	267.778,35
Subtotal (Pessoal):		1.177.454,82	1.624.174,25	1.335.979,50	1.330.846,77	1.365.269,62	1.361.164,34	1.374.822,15	1.400.066,64	1.449.765,25	1.433.754,93	1.536.038,82	1.913.430,78
2.2	Gastos Gerais	114.815,77	138.096,78	117.130,68	40.074,23	50.807,46	78.370,64	116.354,80	214.997,14	267.035,61	228.005,00	271.380,11	438.756,04
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	6.762,00	-	-	-	-	23.185,00	-	483,30	22.780,67	48.456,68
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	30.223,96	32.870,70	29.963,28	33.839,88	42.391,80	-
(S) Total de Saídas:		1.301.620,47	1.769.821,48	1.471.599,92	1.385.308,88	1.436.034,73	1.459.266,58	1.521.400,91	1.671.119,48	1.746.764,14	1.696.083,11	1.872.591,40	2.400.643,50

Memória de Cálculo B - CEAPA

Previsto

1	Entrada de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
		01/07/2021 a 31/07/2021	01/08/2021 a 31/08/2021	01/09/2021 a 30/09/2021	01/10/2021 a 31/10/2021	01/11/2021 a 30/11/2021	01/12/2021 a 31/12/2021	
1.1	Receitas							
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	-	3.332,73	3.262,38	3.309,65	3.698,02	4.196,15	17.798,93
(E) Total de Entradas:		-	3.332,73	3.262,38	3.309,65	3.698,02	4.196,15	17.798,93
2	Saída de Recursos							
2.1	Gastos com Pessoal							
2.1.1	Salários	51.660,36	51.660,36	51.660,36	51.660,36	51.660,36	51.660,36	309.962,16
2.1.2	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3	Encargos	21.183,95	21.183,95	21.183,95	21.183,95	21.183,95	21.886,95	127.806,70
2.1.4	Benefícios	15.896,77	15.896,77	15.896,77	15.896,77	15.896,77	15.896,77	95.380,62
Subtotal (Pessoal):		88.741,08	88.741,08	88.741,08	88.741,08	88.741,08	89.444,08	533.149,48
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Reserva de Recursos	-	3.332,73	3.262,38	3.309,65	3.698,02	4.196,15	17.798,93
(S) Total de Saídas:		88.741,08	92.073,81	92.003,46	92.050,73	92.439,10	93.640,23	550.948,41

Realizado

1	Entrada de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
		01/07/2021 a 31/07/2021	01/08/2021 a 31/08/2021	01/09/2021 a 30/09/2021	01/10/2021 a 31/10/2021	01/11/2021 a 30/11/2021	01/12/2021 a 31/12/2021			
1.1	Receitas									
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	-	3.332,73	3.262,38	3.309,65	3.698,02	4.196,15	17.798,93	100,00%	-
(E) Total de Entradas:		-	3.332,73	3.262,38	3.309,65	3.698,02	4.196,15	17.798,93	100,00%	-
2	Saída de Recursos									
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	Salários	-	30.231,50	41.457,82	42.663,45	45.198,15	45.256,24	204.867,16	66,09%	105.095,00
2.1.2	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3	Encargos	-	16.815,16	16.815,16	18.666,28	19.161,15	20.669,52	92.127,28	72,08%	35.679,42
2.1.4	Benefícios	-	6.096,99	11.827,06	15.106,85	13.704,50	14.921,71	61.657,11	64,64%	33.723,51
Subtotal (Pessoal):		-	53.203,65	70.100,04	76.436,58	78.063,80	80.847,47	358.651,55	67,27%	174.497,93
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Reserva de Recursos	2.801,28	3.332,73	3.262,38	3.309,65	3.698,02	-	16.404,06	92,16%	1.394,87
(S) Total de Saídas:		2.801,28	56.536,38	73.362,42	79.746,23	81.761,82	80.847,47	375.055,61	68,07%	175.892,80

Memória de Cálculo C - PRESP

Previsto

1	Entrada de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
		01/07/2021 a 31/07/2021	01/08/2021 a 31/08/2021	01/09/2021 a 30/09/2021	01/10/2021 a 31/10/2021	01/11/2021 a 30/11/2021	01/12/2021 a 31/12/2021	
1.1	Receitas							
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	322.268,23	-	-	166.566,61	-	-	488.834,84
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	-	1.204,41	1.265,20	1.232,92	1.229,14	2.089,11	7.020,78
(E) Total de Entradas:		322.268,23	1.204,41	1.265,20	167.799,53	1.229,14	2.089,11	495.855,62
2	Saída de Recursos							
2.1	Gastos com Pessoal							
2.1.1	Salários	46.391,63	46.391,63	46.391,63	46.391,63	46.391,63	46.391,63	278.349,78
2.1.2	Estagiários	-	-	-	3.200,00	3.200,00	3.200,00	9.600,00
2.1.3	Encargos	19.580,91	18.951,91	18.951,91	19.151,91	19.151,91	19.151,91	114.940,46
2.1.4	Benefícios	14.213,27	14.213,27	14.213,27	14.225,27	14.225,27	14.225,27	85.315,62
Subtotal (Pessoal):		80.185,81	79.556,81	79.556,81	82.968,81	82.968,81	82.968,81	488.205,86
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Reserva de Recursos	-	1.204,41	1.265,20	1.232,92	1.229,14	2.089,11	7.020,78
(S) Total de Saídas:		80.185,81	80.761,22	80.822,01	84.201,73	84.197,95	85.057,92	495.226,64

Realizado

1	Entrada de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
		01/07/2021 a 31/07/2021	01/08/2021 a 31/08/2021	01/09/2021 a 30/09/2021	01/10/2021 a 31/10/2021	01/11/2021 a 30/11/2021	01/12/2021 a 31/12/2021			
1.1	Receitas									
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	322.268,23	-	-	166.566,61	-	-	488.834,84	100,00%	-
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	-	1.204,41	1.265,20	1.232,92	1.229,14	2.089,11	7.020,78	100,00%	-
(E) Total de Entradas:		322.268,23	1.204,41	1.265,20	167.799,53	1.229,14	2.089,11	495.855,62	100,00%	-
2	Saída de Recursos									
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	Salários	-	13.867,21	23.465,68	35.799,22	43.633,38	42.552,02	159.317,51	57,24%	119.032,27
2.1.2	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	9.600,00
2.1.3	Encargos	-	10.430,02	12.792,29	14.633,88	16.715,09	18.849,11	73.420,39	63,88%	41.520,07
2.1.4	Benefícios	-	3.033,94	6.135,78	9.477,13	14.632,08	15.216,95	48.495,88	56,84%	36.819,74
Subtotal (Pessoal):		-	27.331,17	42.393,75	59.910,23	74.980,55	76.618,08	281.233,78	57,61%	206.972,08
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Reserva de Recursos	-	1.204,41	1.265,20	1.232,92	1.229,14	-	4.931,67	70,24%	2.089,11
(S) Total de Saídas:		-	28.535,58	43.658,95	61.143,15	76.209,69	76.618,08	286.165,45	57,78%	209.061,19

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo por e-mail em 11/01/22. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos nas Memórias de Cálculo do Contrato de Gestão nº 02/2019.

Do total de saídas realizadas até o 12º período avaliatório, foi executado 73,07% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual), 68,07% da Memória B (Programa CEAPA), e 57,78% da Memória C (Programa Presp).

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Conforme art. 49 do Decreto nº 47.553/2018 esta Comissão atesta o cumprimento da realização das seguintes responsabilidades relativas ao contrato de gestão:

I - foi realizada visita à OS e ao local de execução das atividades do contrato de gestão;

II - foi verificada a adequação das despesas ao objeto do contrato de gestão, os documentos fiscais, trabalhistas, previdenciários da OS, extratos bancários saldos das contas vinculadas ao contrato de gestão e outros que se fizerem necessários;

III - foram verificados os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações;

IV - foram verificadas fontes de comprovação dos indicadores e produtos apresentados pela OS, atestando a coerência quanto ao disposto no contrato de gestão e ao cumprimento das metas;

V - foi verificado o registro patrimonial e o estado que se encontram os bens;

VI - foram realizadas checagens amostrais e de efetividade para verificar a conformidade da execução das despesas realizadas pela OS com os regulamentos internos da entidade;

VII - foram realizadas recomendações à OS sobre a execução do contrato de gestão, bem como requisições administrativas;

VIII - foram propostas medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 1º de dezembro de 2021 a SUPEC promoveu o Webnário da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, cujo tema foi “práticas inovadoras na prevenção de violências e criminalidade”. O momento também foi utilizado para traçar os principais resultados da Política de Prevenção em 2021, bem como as prioridades para o ano de 2022.

O evento também foi transmitido pelo YouTube, podendo ser revisto no canal da SEJUSP, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=UascnxSQO4w>.

O curso de Qualificação e Empreendedorismo, citado em alguns momentos neste relatório, também obteve boas repercussões, conforme os links abaixo:

www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4115-jovens-atendidos-pela-prevencao-a-criminalidade-finalizam-curso-de-manutencao-de-celulares-nesta-semana

<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4130-prevencao-a-criminalidade-esta-capacitando-150-jovens-por-meio-de-cursos-profissionalizantes>

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vêm qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores técnicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

Belo Horizonte, data de assinatura.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Fábio César Araújo Costa

Supervisor Adjunto do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 11/02/2022, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 11/02/2022, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 11/02/2022, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 11/02/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41983399** e o código CRC **6DDEBC1B**.
